



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**  
**DIRECÇÃO NACIONAL DO PLANIFICAÇÃO**

**SÍNTESE DA VI SESSÃO PLENÁRIA DO**  
**OBSERVATÓRIO DA POBREZA**

**Maputo, Março de 2007**

# ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. APRESENTAÇÕES.....</b>	<b>3</b>
2.1. Governo.....	3
2.2. Sociedade Civil (G-20).....	6
2.3. Parceiros de Cooperação Internacional.....	8
<b>3. DISCUSSÃO ABERTA.....</b>	<b>9</b>
<b>4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>13</b>
<b>5. ANEXOS.....</b>	<b>15</b>

## **1. Introdução**

No âmbito da monitoria e avaliação das acções do Governo definidas no Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), realizou-se no dia 26 de Março de 2007, no Centro Cultural do Banco de Moçambique, no Município da Matola, a VI Sessão Plenária do Observatório da Pobreza.

A abertura da sessão foi feita por S. Excia o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Srº Aiuba Cuerreneia, que na ocasião frizou que a VI Sessão Plenária do Observatório da Pobreza ocorria num momento de dor e consternação em virtude da tragédia que se abateu sobre os munícipes de Maputo com a explosão do Paiol militar situado no Bairro de Malhazine. Em respeito as vitimas deste trágico acontecimento, solicitou a observação de um minuto de silêncio a todos os presentes.

No seguimento da sua intervenção, S. Excia o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, sublinhou que de forma particular, a VI Sessão Plenária do Observatório da Pobreza, beneficiou de um conjunto de reuniões preparatórias organizadas em torno dos Pilares do PARPA II, o que permitiu fazer uma avaliação aprofundada das actividades desenvolvidas pelo Governo e seus parceiros durante o ano de 2006, bem como identificar os constrangimentos enfrentados e as propostas para a sua superação.

Destacou os avanços positivos que foram alcançados em 2006, por exemplo na área da Educação, Saúde e Infra-estruturas, todavia, não deixou de enfatizar que grande parte dos desafios ainda permanecerem no terreno, de tal modo que aproveitou a oportunidade para partilhar com os participantes, a preocupação do Governo em relação a mortalidade materna infantil, a expansão do ensino técnico profissional e a aceleração da reforma do sector público como parte de alguns dos vectores para redução da pobreza no País.

A VI Sessão Plenária do Observatório da Pobreza contou com a presença de membros do Governo, representantes da Sociedade Civil (G-20), Sector Privado e Parceiros de Cooperação Internacional (vide em anexo a agenda e a lista de participantes).

## **2. Apresentações**

### **2.1. Governo**

Por parte do Governo foi apresentada informação sobre a génese do processo da Revisão Conjunta que tem lugar anualmente entre o Governo e os Parceiros de Cooperação Internacional, e o trabalho que tem estado a decorrer neste âmbito. Igualmente, foram apresentadas as recomendações das sessões preparatórias

temáticas com a Sociedade Civil que antecederam a Sessão Plenária do Observatório da Pobreza. Estas apresentações foram feitas pelo Director Nacional de Planificação, do Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Momad Piaraly.

No que concerne a génese do processo da Revisão Conjunta foi salientado na apresentação, que este exercício visa avaliar o desempenho do Governo e dos Parceiros de Apoio Programático (PAP's) no que se refere a implementação do PARPA com base num “Quadro de Avaliação de Desempenho” (QAD), que contém metas em áreas chave para redução da pobreza. Adicionalmente, o Director Nacional de Planificação, informou que o exercício remonta ao ano 2000, altura em que o Governo assinou um acordo com 5 doadores, no âmbito de apoio ao orçamento. O acordo viria a ser substituído em 2004 por um memorando de entendimento com 17 parceiros bilaterais e multilaterais - os Parceiros de Apoio Programático. Em 2006, o número dos PAP's subiu para 18, com a entrada do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para o grupo.

No que diz respeito aos trabalhos que tem estado a decorrer no quadro da Revisão Conjunta de 2007, foi sublinhado que o processo iniciou a 02 de Março do ano em curso, tendo sido criados para o efeito, 24 Grupos de Trabalho Temáticos, que contam com a participação de quadros seniores do Governo, representantes dos PAP's, representantes da Sociedade Civil e Pontos Focais do Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Estes grupos preencherão a secção relevante do QAD e produzirão relatórios que formarão a base para o documento final do processo, o *Aide Memoire*. Prevê-se que o fim do exercício tenha lugar a 25 de Abril de 2007.

Dando continuidade a sua apresentação, o Director Momad Piaraly, apresentou de forma sumária, as recomendações saídas das sessões preparatórias que antecederam a Sessão Plenária do Observatório da Pobreza. As recomendações foram apresentadas de acordo com os Pilares do PARPA, incluindo a área temática da Macroeconomia e Pobreza. A seguir apresenta-se as referidas recomendações:

### **Capital Humano**

- Necessidade de criar um “*Fórum Nacional da Educação*” com vista a fortalecer a ligação entre os vários parceiros do sector;
  - Necessidade de dar enfoque à qualidade da educação através da formação de professores;
  - Necessidade de se apurar as causas que levam ao crescimento da mortalidade materna e a diminuição da proporção dos partos institucionais;
  - Necessidade de, face a magnitude da pandemia do HIV/SIDA, aumentando as metas sobre o tratamento vertical e os níveis de cobertura;
- e

- Necessidade de reforçar e alargar para todo o território moçambicano a assistência às crianças órfãs e vulneráveis (COV's) e aos idosos.

### **Governança**

- Necessidade de se apresentar no BdPES mais informação sobre o combate a corrupção;
- Necessidade de melhoria do critério de alocação directa dos fundos de investimento aos distritos (OIL);
- Melhorar a operacionalização dos conselhos consultivos distritais;
- Necessidade de incrementar a fiscalização nos serviços públicos de modo a melhorar a prestação dos serviços;
- Necessidade de incrementar o esforço conjunto (Governo+ Sociedade Civil) na área do policiamento comunitário para combater a criminalidade;
- Necessidade de uma metodologia para discussão dos assuntos da área da justiça para debate num fórum como o Observatório da Pobreza.

### **Desenvolvimento Económico**

- Necessidade de melhorar, cada vez mais, o alinhamento dos documentos de monitoria entre actividade realizada e recurso financeiro aplicado (facilidades do E-SISTAFE );
- Necessidade de facilitar o crédito em condições concessionais e de longo de prazo;
- Necessidade de disponibilizar informação sobre o turismo doméstico;
- Necessidade de formação contínua dos extensionistas e fiscais;
- Necessidade de harmonizar os números do sector agrícola constante nas diferentes fontes (TIA, Aviso Prévio; INE).

### **Macro-economia e Pobreza**

- Necessidade de incluir o indicador sobre o emprego;
- Necessidade de disseminar os estudos efectuados e sua utilização para a melhoria da análise e impacto de políticas.
- Necessidade de se proceder a avaliação sobre o impacto da política orçamental *versus* desempenho (resultado) dos sectores;
- Avaliar-se o impacto do crescimento económico na redução da pobreza;
- Necessidade de reforçar o investimento em pesquisas de impacto de políticas;
- Necessidade realizar o estudo sobre o impacto da descentralização dos recursos aos distritos;

- Avaliar-se o impacto da expansão do sector público (criação de novos órgãos) no OE e redução da pobreza;
- Necessidade de desenvolver uma visão estratégica sobre fontes prioritárias de crescimento/vantagens comparativas e priorização de acções;
- Necessidade de melhorar a estrutura do BdPES no sentido de apresentar o que estava planificado, o que se realizou e resumo analítico;
- Necessidade de participação de todos os intervenientes no processo de planificação, monitoria e avaliação;
- Necessidade de reorientação e organização do sistema de recolha e tratamento de informação a todos os níveis.

O Dr. Momad Piaraly, concluiu a sua apresentação apelando as Organizações da Sociedade Civil a participarem activamente no processo da Revisão Conjunta ora a decorrer, bem como nos agendados Observatórios da Pobreza a nível provincial, como forma de através da sua análise crítica contribuir para uma melhor implementação das políticas públicas.

## **2.2. Sociedade Civil (G-20)**

A Sociedade Civil apresentou, através do Secretário Executivo do G-20, o Srº Paulo Cuinica, algumas das convicções da Sociedade Civil em volta do desenvolvimento agrário e também os resultados preliminares do seu Relatório Anual da Pobreza 2006, que teve como enfoque temático: “Desenvolvimento Agrário e Sinergias para luta contra pobreza”. O RAP 2006 combina métodos de amostragem representativos e cientificamente comprovados, com debates de participação mais livre. Os seus resultados fundamentam-se na participação das pessoas na implementação, monitoria e avaliação das acções de combate à pobreza.

Em seguida apresenta-se as convicções da Sociedade Civil sobre:

### **Sistemas de Irrigação**

- G20 defende pequenos esquemas de irrigação, orientados à produção de vegetais, cereais, raízes e tubérculos e pastos para necessidades locais das comunidades com motivação e incentivo para participação comunitária e evitando efeitos ambientais e de saúde

### **Produção em zonas áridas**

- A Seca recorrente se não permanente, afecta vidas humanas, espécies pecuárias, culturas alimentares, florestas e fauna e finalmente solos e a água, precisando de auxílio (para não perder vidas) e reabilitação e mitigação, para não perder formas de vidas das pessoas.

### **Crédito Agrícola**

- Empréstimos a juros razoáveis para que o produtor pague e lhe sobre lucro ou renda a nível individual.
- Decisão conjunta e corajosa para abordar a provisão de recursos para que a contribuição da agricultura na luta contra a pobreza seja mais significativa, mais robusta e sustentável, para que os produtores acumulem e progridam rumo a esquemas comerciais mais estáveis.

### **Agro-processamento de produtos dos pobres**

- Cadeias de produção e de valor para absorção à jusante da produção agrária dos pobres, que dificilmente penetram mercado “in nature”
- Faltam actores e infra-estruturas de classificação, homogeneização, empacotamento e entrega
- Não surgirão do nada, precisam de incentivos reais e reforçados e precisam de solidariedade pública através de parcerias “público – privado” no agro-processamento

No que diz respeito aos resultados preliminares do RAP 2006 estes foram apresentados sobre forma de gráficos seguidos de uma explicação qualitativa. A tabela a seguir mostra parte dos resultados preliminares do RAP 2006 comparados com as estatísticas oficiais derivadas do Questionário de Indicadores de Básicos de Bem Estar (QUIBB-2001), Inquérito aos Agregados Familiares (IAF, 2002/03), Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS-2003):

<b>Estatística oficial</b>	<b>Apreciação</b>	<b>Apreciação segundo RAP 2006</b>
QUIBB 2001	38% - situação económica piorou	20 % - pobreza piorou
	35% - manteve-se	43% - situação não mudou
IAF 2004	26% a 27% - melhorou	
	63% vivem na pobreza	63% pobres (pobreza manteve-se ou piorou)

		50% - segurança alimentar piorou
IAF 2004	80% de taxa de frequência escolar	14 a 17% (urbano e rural respectivamente) acham que suas filhas com idade escolar não iam à escola
		10 a 15% (urbano e rural respectivamente) acham que seus filhos em idade escolar, não tinham acesso à escola
IDS 2003	10%, mortalidade infantil	12% reconheceram morte de crianças com idade inferior a 1 ano
		12% que reconheceram morte de crianças com idade de 1 a 5 anos

Finalizando a sua apresentação o Secretário Executivo do G-20, o Srº Paulo Cuinica, mostrou particular preocupação da Sociedade Civil em relação a elevada taxa de desemprego que se tem verificado no País e o facto de que durante as consultas do RAP 2006 as populações terem mencionado sistematicamente que a pobreza piorou em particular nas zonas rurais. Mencionou igualmente, que os resultados preliminares do RAP 2006 mostravam que cerca de 75% dos agregados familiares entrevistados tinham informação sólida sobre o HIV/SIDA sendo este um aspecto positivo para uma efectivo combate a esta pandemia.

### **2.3. Parceiros de Cooperação Internacional**

Em nome dos Parceiros de Cooperação Internacional, o Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas, Srº Ndolamb Ngokwey, iniciou a sua intervenção manifestando profundo pesar pelos trágicos acontecimentos relacionados com o desastre no Paiol militar de Malhazine.

Dando seguimento a sua intervenção, salientou que Os observatórios de Pobreza são um instrumento único com capacidades impares para facilitar uma revisão participativa dos resultados de desenvolvimento e influenciar a planificação futura. O Srº Ndolamb Ngokwey, manifestou satisfação pelo facto do Observatório da Pobreza acontecer pela primeira vez durante a Revisão Conjunta, o que vai permitir que as deliberações tomadas possam influenciar os resultados da Revisão Anual.

Face aos desastres naturais que tem se abatido sobre o País, elogiou o Governo moçambicano e as suas instituições a todos os níveis bem como a Sociedade Civil por responderam à crise de forma bastante proactiva, todavia, acrescentou que é também necessário continuar a melhorar a prevenção e prontidão de resposta aos desastres para evitar e minimizar o seu impacto sobre as populações.

Mencionou que Moçambique continua enfrentar a tripla ameaça – pobreza, insegurança alimentar e HIV/SIDA – e que capacidade governativa está com isso enfraquecida, especialmente na disponibilização e prestação de serviços. Observou que no caso do HIV/SIDA a mudança de comportamento é crucial para reduzir e fazer regredir a doença.

No que concerne ao programa da Reforma do Sector Público, o Srº Ndolamb Ngokwey, chamou atenção para se acelerar a sua implementação nas suas diferentes vertentes, com vista a atingir-se os objectivos do PARPA e dos ODMs. Contudo, acrescentou que sem a retenção de pessoal bem formado, experiente e motivado, será difícil melhorar a capacidade do País.

O Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas, Srº Ndolamb Ngokwey, concluiu a sua intervenção convidando o G18 e os doadores não-tradicionais a reduzirem os custos de transação de modo a reforçarem a capacidade de absorção do País e a promoção de uma ajuda efectiva. Neste contexto, declarou que as Nações Unidas estão profundamente comprometidas com agenda da Harmonização e do Alinhamento preconizadas na Declaração de Paris.

### **3. Discussão aberta**

Após as intervenções/apresentações acima descritas, iniciaram-se as discussões que foram moderadas por S. Excia o Ministro do Planificação e Desenvolvimento. Incluíram intervenções dos membros do Governo e da Sociedade Civil destacando-se os seguintes aspectos:

#### **a) Sociedade Civil**

O G-20 da província de Gaza representado pelo Sr. Anastácio Mucavel, argumentou que é opinião das populações de Gaza que a pobreza está a aumentar significativamente. Considerou que as intervenções do Governo no quadro do combate a pobreza, devem ter em conta toda uma cadeia de valores culturais em virtude da pluri-dimensionalidade do fenómeno.

Por sua vez, o Sr. Jim Lefleur, do CTA, mostrou-se satisfeito pelo facto do RAP 2006 ter abordado a questão do emprego, todavia, sugeriu que, tanto o Governo como a Sociedade Civil nos seus levantamentos, deviam-se debruçar-se em termos quantitativos sobre as empresas que iniciam actividades e as que simplesmente encerram portas, de forma a se ter uma ideia mais precisa do tecido empresarial e delinear mecanismos mais eficazes de intervenção.

A Associação de Técnicos Agro-Pecuários, na voz do Sr. Luís Fortunato, indignou-se por aquilo que considera falta de um “trabalho de consciencialização” dos funcionários públicos, em particular na província de Gaza e no sector da agricultura, que tem resistido a mudança imprimida pela

Reforma do Sector Público. Argumentou que os funcionários e agentes do Estado devem entender que a sua tarefa é de supervisão e não de implementadores em algumas áreas de actividade abrindo desta forma espaço de acção para Sociedade Civil.

O representante da APOSEMO, reclamou na sua intervenção poro mais partilha de informação por parte do Governo. Salientou que o Governo deve envolver as organizações da Sociedade Civil no acto da implementação das políticas públicas, sendo que a relação entre o Governo e a Sociedade Civil deve basear-se na confiança. Na sua opinião, o Governo não deve realizar actividades da responsabilidade da Sociedade Civil e vice-versa. Acrescentou que deve-se estimular e dar ferramentas à pessoas que nas comunidades rurais estão melhor preparadas para executarem as tarefas que visam reduzir a pobreza.

A Sr.<sup>a</sup> Graça Samo, do “Fórum Mulher”, felicitou o Governo pelo facto de as taxas de acesso ao ensino estarem a aumentar significativamente no caso das raparigas, contudo, manifestou preocupação pelo fenómeno cada vez mais presente do abuso da rapariga na escola. No seu ponto de vista, as medidas punitivas aos praticantes destes abusos, caso sejam professores, não deviam apenas se resumirem na transferência do visado pois potencialmente o prevaricador poderá praticar o mesmo acto em outra escola.

Dando seguimento a sua intervenção, alertou para o aumento que se tem estado a verificar em casos de violência conjugal. Neste contexto e para inverter a situação, informou que o “Fórum Mulher” submeteu uma proposta de lei à Assembleia da República tendo como pano de fundo a violência conjugal.

Solicitou ao Instituto Nacional de Estatística (INE) a disponibilização de informação sobre o estudo em curso sobre o sector informal à Sociedade Civil, em particular o “Fórum Mulher”, uma vez que a maior parte de actores neste sector serem mulheres e se estar interessado em conhecer as suas características, tipologias e dinâmicas.

O Grupo Moçambicano da Dívida, através do Sr. Silvestre Baessa, chamou atenção ao Governo, em particular o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, para o facto de que em algumas províncias os critérios de representatividade e legitimidade não estarem a ser observados na constituição dos Conselhos Consultivos Distritais, segundo estudos recentes levados a cabo por algumas organizações da Sociedade Civil. Recomendou neste âmbito, que se faça um estudo aprofundado sobre estes processos.

As questões levantadas pelas organizações da Sociedade Civil ficaram concluídas com a intervenção do Sr Paulo Cuinica, que informou a audiência que o RAP passa a alinhar-se ao ciclo de planificação do Governo, de modo a servir como instrumento de monitoria anual do PARPA.. Apelou aos parceiros internacionais, para apoiarem as organizações da Sociedade Civil a nível das províncias na finalização do RAP 2006. Enfatizou que o G-20 está a fazer um

esforço para que os seus membros a todos os níveis participem nos diferentes fóruns criados, e para tal solicitou ao Governo que, por exemplo, ponha a disposição informação sobre os planos distritais de forma que a Sociedade Civil possa participar na sua implementação e monitoria.

Dirigindo-se particularmente aos Parceiros Internacionais, convidou a estes para se alinharem e harmonizarem mais os seus procedimentos/actuação na sua parceria com a Sociedade Civil tal como o fazem com o Governo.

## **b) Parceiros Internacionais**

O Sr. Jolke.Oppewal da Embaixada da Holanda observou que de acordo com o IAF – 2002/03 a pobreza regrediu para 54% e actualmente é possível falar em 50% e pensa-se que esta tendência positiva vai-se manter. Todavia, mostrou-se preocupado pelo facto de a Sociedade Civil através do RAP 2006 avançar informações/percepções segundo as quais a pobreza tem estado a aumentar. Perante esta contradição, recomendou que as discussões na Revisão Conjunta ora em curso, analisassem esta questão.

## **c) Governo**

A Secretária Executiva do Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA (CNCS), Sr. Joana Manguera, participando da discussão, mostrou satisfação pela informação prestada pela Sociedade Civil segundo a qual 75% dos agregados familiares entrevistados no quadro do RAP 2006 tinha conhecimento sobre o HIV/SIDA, o que no seu ponto de vista esta-se no caminho certo para fazer regredir a pandemia. Apelou a Sociedade Civil a ajudar o Governo na sua acção nos distritos no âmbito do combate ao HIV/SIDA a buscar consensos sobre factores de risco (ex. comportamento). Convidou a Sociedade Civil a retransmitir a mensagem de mudança de comportamento, bem como o estabelecimento de um diálogo construtivo e conjunto e não o desenvolvimento de um espírito de competição entre a Sociedade Civil e o Governo.

S. Excia a presidente da Autoridade Nacional da Função Pública, Sr.<sup>a</sup> Victória Dias Diogo, dando seguimento a intervenções de membros do Governo, salientou que a questão da consciencialização dos funcionários públicos está contemplada na matriz da Reforma do Sector Público, tendo em conta que o Estado deve agir como facilitador e não um constrangimento na provisão dos serviços públicos.

No que concerne a corrupção, apelou a Sociedade Civil a participar nos fóruns recentemente criados como forma de monitorar este fenómeno. Acrescentou que, a segunda fase da Reforma do Sector Público, tem na questão da fiscalização e

tramitação de documentos uma questão prioritária, para tal estão estabelecidas metas, indicadores etc.

S. Excia a Ministra do trabalho, Sr.<sup>a</sup> Helena Taipo, mostrou-se infeliz pelas informações que o RAP 2006 apresenta sobre os elevados índices de desemprego no País. Todavia, salientou que a questão de emprego é transversal e tem haver com as políticas globais do País. Informou que para responder a questão desemprego, o Governo tem estado a impulsionar o associativismo e vai iniciar discussões com os parceiros externos neste âmbito. Acrescentou que está em curso a título piloto nas províncias de Manica, Sofala, Nampula e Maputo a implementação de parte das componentes da Estratégia de Emprego e Acção Profissional. Salientou ainda que a revisão da lei do trabalho irá flexibilizar as relações de trabalho permitindo, por exemplo, que estudantes tenham acesso ao emprego em regime parcial.

S.Excia o Presidente do Instituto Nacional de Estatística (INE), Sr. João Dias Loureiro, felicitou a Sociedade Civil pelo aperfeiçoamento dos métodos de recolha de dados no âmbito do RAP 2006. Recomendou, entretanto, que na análise da pobre a leitura dos indicadores/variáveis não deve ser composta em razão da poli-dimensionalidade da pobreza. Deve-se tentar evitar no máximo o enveizamento tanto da amostra, como das respostas dos entrevistados, aspecto que atravessa com frequência os estudos qualitativos, para não cair-se em conclusões erróneas .

No que diz respeito a demografia das empresas, o presidente do INE afirmou que o trabalho decorre mas com grandes dificuldades a nível de recursos financeiros. Todavia, depois de 2 anos de discussões esta-se neste momento em condições de por no terreno um programa modesto para se ter informação sobre o tecido empresarial no País.

S. Excia o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Sr. Aiuba Curreneia, entretanto moderador da discussão, interveio para esclarecer que a iniciativa de criar os Conselhos de Consulta Distritais não resultou da recente alocação aos distritos dos 7 milhões de meticais pelo Governo, derivam sim de um comando legal anterior que estipula como estes fóruns devem ser criados e os requisitos a observar.

Sobre a questão da mortalidade materna, o representante do MISAU, Sr. Fortunato de Oliveira, chamou atenção para o facto de que as estatísticas apresentadas no BdPES 2006 serem ainda preliminares em virtude da falta de uma discussão que deve ocorrer a nível da base. Contudo, reconheceu que a taxa é alta e pode comprometer o alcance dos ODM.

S.Excia a ministra da Mulher e Coordenação da Acção Social, Sr.<sup>a</sup> Virgínia Matabel, apelou a todas as pessoas que trabalham com os grupos vulneráveis para trabalharem em conjunto. Manifestou preocupação com o crescimento do abuso de menores, tendo mencionado na ocasião que é do interesse do Governo que a lei sobre este tipo de praticas, bem como da violência doméstica, sejam discutidas na Assembleia da República. Disse que o seu pelouro tem estado a trabalhar positivamente com o “Fórum Mulher” nas questões mencionadas.

Ainda no quadro das intervenções dos membros do Governo, S.Excia a Governadora da Província de Maputo, Sr.<sup>a</sup> Telmina Perreira, sugeriu a Sociedade Civil para que assessore os Governos provinciais em termos de informações e medidas para melhorarem a prestação de serviços públicos. Em relação aos Conselhos de Consulta Distritais, considerou a observação da Sociedade Civil sobre legitimidade/representatividade como bastante oportuna, de modo que vai levar a cabo na província de Maputo, uma averiguação profunda sobre o assunto.

Chamou igualmente atenção sobre a necessidade de as análises da pobreza serem contextualizadas e combinadas por forma a darem informações realistas.

O Director Nacional Adjunto de Planificação do MPD, Sr. Abílio Gune, pediu especial atenção aos participantes para as datas referência do cronograma de planificação, de modo a terem participação e informação atempada sobre os processos em curso. Aproveitou a oportunidade, para informar que o Governo vai iniciar um trabalho para rever a estrutura do PES e BdPES. Neste âmbito particular, foi secundado por S. Excia o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, que afirmou que há uma insatisfação por parte do Governo em relação a estrutura actual do PES e do BdPES, sendo que o esforço a realizar visa simplificar os documentos e torna-los mais informativos. Salientou que o trabalho deve envolver não só o Governo, mas também a Assembleia da República e a Sociedade Civil.

#### **4. Conclusões e Recomendações**

No encerramento da sessão, S. Excia o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, teceu algumas considerações em jeito de conclusões e recomendações saídas da VI Sessão Plenária do Observatório da pobreza nomeadamente que:

- A informação produzida sobre análises de pobreza deve estar de acordo com as normas padrão para a sua elaboração, sob o risco de se reportarem dados fora da realidade;
- É tarefa de todos trabalharmos na divulgação de informação relacionada ao PARPA II através de formas mais simples junto daqueles que são os verdadeiros implementadores. Neste aspecto particular, a Sociedade Civil porque mais experiente em estratégias de comunicação deve jogar um papel central;
- Há necessidade de acelera-se o passo nas acções de combate a pobreza sobretudo nas zonas rurais, por parte de todos actores sociais;
- Uma das apostas do Governo no quadro da luta contra a corrupção é a questão da transparência/discricionalidade na gestão da coisa pública. De modo que, a participação da Sociedade Civil nos vários fóruns criados,

em particular os Conselhos de Consulta Distritais, é um vector chave no combate a corrupção;

- O Governo está a fazer esforços para que pelo menos 80% dos 7 milhões de Meticais recentemente distribuídos aos distritos permaneça nos distritos para empreendimentos que vizem reduzir a pobreza. Neste contexto, estão agendados seminários regionais para avaliar a implementação e troca de experiências sobre este fundo
- A questão do crédito a agricultura e a indústria, por exemplo, deve passar inicialmente por uma discussão entre o CTA e a banca comercial ao que pode seguir-se uma discussão com o Governo como entidade reguladora;

## **5. ANEXOS**

- AGENDA
  
- LISTA DE PARTICIPANTES



## ANEXO 1

### VI Sessão Plenária do Observatório da Pobreza

#### Programa

*Data: 26 de Março de 2007*

*Local: Centro Cultural do Banco de Moçambique*

- 8:00 – 9:00h *Registo dos Participantes.*
- 9:00 – 9:15h *Abertura da VI Sessão Plenária do Observatório da Pobreza — Por S. Excia. o Ministro da Planificação e Desenvolvimento*
- 9:15 – 09:55h *Apresentações (MPD):*  
i) *Processo da Revisão Conjunta*  
ii) *Síntese dos Encontros Preparatórios*
- 09:55 – 10:35h *Intervenção de um Representante da Sociedade Civil; Relatório Anual da Pobreza 2006.*
- 10:35 – 11:05h *Intervalo (30 min.)*
- 11:05 – 11:25h *Intervenção de um Representante dos Parceiros Internacionais (20 min.).*
- 11:25 – 12:00h *Debate*
- 12:00 – 12:30h *Encerramento da VI Sessão do Observatório da Pobreza (Conclusões e Recomendações).*



## ANEXO 2

### Lista de Participantes

	<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>TEL.</b>	<b>CEL.</b>	<b>E-MAIL</b>
1	Cadmiel F. Mutemba	M. Pescas		82-3224000	<a href="mailto:cmutemba@mozpesca.gov.mz">cmutemba@mozpesca.gov.mz</a>
2	Maria Helena Taipo	MITRAB		82-3185890	<a href="mailto:lenuchamt@tvcabo.co.mz">lenuchamt@tvcabo.co.mz</a>
3	Abdul Razak	M.Rec Minerais		82-3001110	<a href="mailto:abrazak@tvcabo.co.mz">abrazak@tvcabo.co.mz</a>
4	Joao Dias Loureiro	INE		82-3027560	<a href="mailto:joao.loureiro@rgph.gov.mz">joao.loureiro@rgph.gov.mz</a>
5	Paula Corda	MPD		82-6590360	<a href="mailto:paulacorda@dnpo.gov.mz">paulacorda@dnpo.gov.mz</a>
6	Anselmo Zimba	MPD		84-3233690	
7	Cauh Lauchande	Cruzeiro do Sul		84-7464065	
8	Gervásio Fabião Chinsipo	G20-Tete	252-29009	82-8944280	<a href="mailto:g20tete@yahoo.com.br">g20tete@yahoo.com.br</a>
9	Marcos P. O. Do Amaral	G20- Zambeze		82-8920020	marcos76
10	Conde de L. Fernandes	APOSEMO	21-311638	82-7592140	<a href="mailto:aposemo@virconn.com">aposemo@virconn.com</a>
11	Alberto Nhapossa	CONSILMO		82-7690120	<a href="mailto:consilmo@tvcabo.co.mz">consilmo@tvcabo.co.mz</a>
12	Hilario Mavie	MIREM-DPO		82-3252230	<a href="mailto:hilariomavie@yahoo.com.br">hilariomavie@yahoo.com.br</a>
13	Fortunato Oliveira	MISAU		82-3134970	<a href="mailto:folimeira@misau.gov.mz">folimeira@misau.gov.mz</a>
14	Millecam F	CE		82-3269100	<a href="mailto:franchoise.millecam@ec.europa.eu">franchoise.millecam@ec.europa.eu</a>

15	John Coughlin	Trocaire		82-8389090	<a href="mailto:jcoughlin@trocaire.org.mz">jcoughlin@trocaire.org.mz</a>
16	Stella Pinto	PNUD		82-3073020	<a href="mailto:stellapinto@undp.org">stellapinto@undp.org</a>
17	Evaristo Baquete	MCT		84-3258630	<a href="mailto:evaristobaquete@mct.gov.mz">evaristobaquete@mct.gov.mz</a>
18	Nelson Guilaze	USAID		82-3161760	<a href="mailto:nguilaze@usaid.gov">nguilaze@usaid.gov</a>
19	Fausto Mafambissa	MPD		82-7669080	<a href="mailto:fmafambissa@mpd.gov.mz">fmafambissa@mpd.gov.mz</a>
20	Antonio Francisco	MPD		82-3191040	<a href="mailto:afrancisco@gmail.com">afrancisco@gmail.com</a>
21	Teresa Martins	MPD		82-3064000	
22	N N Golane	UN			
23	Torun Keite	Noruega		82-3142820	
24	Joana	CNCS		82-3035800	<a href="mailto:joana.mangueira@cncs.org.mz">joana.mangueira@cncs.org.mz</a>
25	Fatima Zacarias	INE	21-490926	82-4103233	<a href="mailto:fatima.zacarias@ina.gov.mz">fatima.zacarias@ina.gov.mz</a>
26	Daniel M. Ngoove	OTM-CS		82-4132210	<a href="mailto:otm@tvcabo.co.mz">otm@tvcabo.co.mz</a>
27	Elisio Nhantumbo@dnpo.gov.mz	MPD		84-6772140	<a href="mailto:elisionhantumbo@dnpo.gov.mz">elisionhantumbo@dnpo.gov.mz</a>
28	Gaspar Monquela	ML-CCLS	21-490323		<a href="mailto:cclj@tvcabo.co.mz">cclj@tvcabo.co.mz</a>
29	Paulo B. Manhique	MF	21-315018	82-5633704	
30	Titos Machuche	MIC	21-352647	82-7257760	<a href="mailto:tmachuche@mic.gov.mz">tmachuche@mic.gov.mz</a>
31	Ben	G20		82-808585	
32	Eulália Bila	SNV		82-8214180	<a href="mailto:eulalia.bila@hotmail.com">eulalia.bila@hotmail.com</a>
33	Herme *	MPD/ DNDR			
34	Silver	GMD	21-303868	82-	<a href="mailto:divida@tvcabo.co.mz">divida@tvcabo.co.mz</a>

				4921000	
35	Frank Sheridan	IRSH-EMB.		82-4380000	<a href="mailto:frank.sheridan@dfa.ie">frank.sheridan@dfa.ie</a>
36	Aurelio Bucuane	MPD		82-4815960	<a href="mailto:abucuane@mpd.gov.mz">abucuane@mpd.gov.mz</a>
37	Jaime J. Manjate	UF- DNO		82-6081895	<a href="mailto:jaimanjate@gmail.com">jaimanjate@gmail.com</a>
38	Virgílio Alaone	DPPF- Niassa		82-5488940	
39	Jolle Oppewal	Holanda		82-2576250	<a href="mailto:jolke.oppwal@">jolke.oppwal@</a>
40	Ena Pascoal	OMS	21-491991	82-3085400	<a href="mailto:pascoale@mz.afro.who.int">pascoale@mz.afro.who.int</a>
41	Hilavio Matusse	CCLJ		82-3106560	<a href="mailto:cclj@tvcabo.co.mz">cclj@tvcabo.co.mz</a>
42	Nascimento Pereira	ANFP		82-2672060	<a href="mailto:nascimento.pereira@anfp.gov.mz">nascimento.pereira@anfp.gov.mz</a>
43	Silvimo A.Timbane	MOPH	21-302013	82-7015950	<a href="mailto:silfredo14@yahoo.com.br">silfredo14@yahoo.com.br</a>
44	Ceu Nona Metu	MITUR		82-4536300	<a href="mailto:ceumetu2006@yahoo.com.br">ceumetu2006@yahoo.com.br</a>
45	Ida Thyreyod	UNFPA		84-8648322	<a href="mailto:ida@unfpa.nem.mz">ida@unfpa.nem.mz</a>
46	Domingos Mazivila	UNDP		82-4877240	<a href="mailto:domingos.mazivila@undp.org">domingos.mazivila@undp.org</a>
47	Manuel Goncalvel	MINEC		82-8992170	<a href="mailto:mgoncalvo@minec.gov.mz">mgoncalvo@minec.gov.mz</a>
48	Nelson Xavier	PNUD		82-3140600	<a href="mailto:nelson.xavier@undp.org">nelson.xavier@undp.org</a>
49	Adimo Chicuamba	CCM	21-491022	82-4091620	<a href="mailto:achicuamba@yahoo.com.br">achicuamba@yahoo.com.br</a>
50	Abiba M.B. Abdda Tamele	MITRAB	21-321548	82-4320240	<a href="mailto:abibamasekese@hotmail.com">abibamasekese@hotmail.com</a>
51	Julieta D. Muchine	MIC		82-3947260	<a href="mailto:jmuchine@mic.gov.mz">jmuchine@mic.gov.mz</a>

52	Sheila Mandhate	UNAC	21-306738	82-5223029	<a href="mailto:unacadvocacia2@tv cabo.co.mz">unacadvocacia2@tv cabo.co.mz</a>
53	Bridget walker Muiambo	Emb. Irlanda	21-411440		<a href="mailto:bridget.walkermuiambo@dfa.ie">bridget.walkermuiambo@dfa.ie</a>
54	Peter Flik	Emb. Holanda		82-3396300	<a href="mailto:peter.flile@muibuza.nr">peter.flile@muibuza.nr</a>
55	Admiro Gama	PROVIDA		82-0881040	<a href="mailto:matinal@tv cabo.co.mz">matinal@tv cabo.co.mz</a>
56	Felisberto Mulhovo	SNV		82-7150800	<a href="mailto:fmullhovo@snvworld.org">fmullhovo@snvworld.org</a>
57	Angela Faria	MINAG		82-6332650	<a href="mailto:fariaa@map.gov.mz">fariaa@map.gov.mz</a>
58	Cristina Matusse	MPD	21-492711	82-4630190	<a href="mailto:cristinamatusse@dnpo.gov.mz">cristinamatusse@dnpo.gov.mz</a>
59	Miguel Gonzalez	Coop. Espanhola	21-309777		<a href="mailto:miguel.gonzalez@acci.org.mz">miguel.gonzalez@acci.org.mz</a>
60	Percinea Rosa Siteo	ATM		82-3014320	<a href="mailto:psalvador@atru.gov.mz">psalvador@atru.gov.mz</a>
61	Momade Saide	MPD		82-6582480	
62	Abilio Gune	MPD		82-5024440	<a href="mailto:abiliogune@dnpo.gov.mz">abiliogune@dnpo.gov.mz</a>
63	Ibraimo M. Chaleca	DPPF- Maputo		82-4159350	<a href="mailto:ibraimochaleca@yahoo.com.br">ibraimochaleca@yahoo.com.br</a>
64	Channing Arndt	MPD		84-3146920	<a href="mailto:carndt@mpd.gov.mz">carndt@mpd.gov.mz</a>
65	Anastacio Matavel	G20- Gaza		82-3972190	<a href="mailto:anataciomatavel@yahoo.com.br">anataciomatavel@yahoo.com.br</a>
66	Eminy Bosten	FMI		82-3066650	<a href="mailto:ebosten@imf.org">ebosten@imf.org</a>
67	Ernesto Chamo	MMAS		84-2976360	<a href="mailto:echrisma@yahoo.com">echrisma@yahoo.com</a>
68	Luis Bernardo	DNA	21-322191	82-8266610	<a href="mailto:luisbernardo70@yahoo.com">luisbernardo70@yahoo.com</a>
69	Grabriel Libombo*	DGA		82-3061590	
70	Hanifa Ibraimo	MPD		82-	<a href="mailto:hanifaibraimo@dnpo.gov.mz">hanifaibraimo@dnpo.gov.mz</a>

				7187750	
71	Jose Alfredo Zita *	DPPF- Inhambane		84-4028780	<a href="mailto:noforenzita@yahoo.com">noforenzita@yahoo.com</a>
72	Gerson S. Mubai	S.ABERTA		82-8423720	<a href="mailto:s_aberta@yahoo.com.br">s_aberta@yahoo.com.br</a>
73	Momad Piaraly	MPD			
74	Florencia Razo	DPPF-Sofala		82-5573620	
75	Imarciana Cunamizana	MPD		82-4234690	
76	Antonio Cruz	MPD	21-492711		
77	Caroline Ennis	MPD		84-8114969	<a href="mailto:caroline.ennis@contab.net">caroline.ennis@contab.net</a>
78	Eurico Amad	SETSAN		82-8912340	<a href="mailto:eamad@setsan.org.mz">eamad@setsan.org.mz</a>
79	Wim King	ADB			
80	Jim La Feur	CTA		82-3097280	<a href="mailto:jim.lafleur@ct.org.mz">jim.lafleur@ct.org.mz</a>
81	Ondina da Barca Vieira	UNDP	21-481411		
82	Antonio Chicachama	ME-DNEE	21-357640	82-3961538	<a href="mailto:agc@me.gov.mz">agc@me.gov.mz</a>
83	Araujo Simao Martinho	MPD/DNP		82-7095000	
84	M. Baxter	B.Mundial		82-360	
85	Luis Fortunado	ATAP	21-416415	82-4621460	<a href="mailto:atap@tvcabo.co.mz">atap@tvcabo.co.mz</a>
86	Si Ali *	MAE		82-4194510	<a href="mailto:sijaali@yahoo.com.br">sijaali@yahoo.com.br</a>
87	Lenio Mendonca	MPD		82-8527060	<a href="mailto:leniomedonca@dnpo.gov.mz">leniomedonca@dnpo.gov.mz</a>
88	Alfredo Mutombene	MPD		82-7593110	<a href="mailto:alfredomutombene@dnpo.gov.mz">alfredomutombene@dnpo.gov.mz</a>
89	Cecilio Grachane	FE		82-3084190	<a href="mailto:grachane@fe.gov.mz">grachane@fe.gov.mz</a>

90	Sonia Santos	MPD		82-3246480	<a href="mailto:soniasantos@dnpo.gov.mz">soniasantos@dnpo.gov.mz</a>
91	Caruchija Namalholua *	MAE	21-322645		<a href="mailto:caruchijanamalholua@mae.gov.mz">caruchijanamalholua@mae.gov.mz</a>
92	Marisa Alves	MPD		82-70730810	<a href="mailto:marisaalves@dnpo.gov.mz">marisaalves@dnpo.gov.mz</a>
93	Roberto Salomao	MPD		82-3236720	<a href="mailto:robertosalomao@dnpo.gov.mz">robertosalomao@dnpo.gov.mz</a>
94	Odete M. Muchanga	G20- NPL		82-7401700	
95	Maria Celeste Pefumo	G20-l'bane		82-3282110	<a href="mailto:mpefumo@tdm.co.mz">mpefumo@tdm.co.mz</a>
96	Mario Rabiane	MPD	21-492711	82-7245810	<a href="mailto:mariorabiane@dnpo.gov.mz">mariorabiane@dnpo.gov.mz</a>
97	Jaide Madeira	CNJ		82-3870660	<a href="mailto:issufojaide@yahoo.com.br">issufojaide@yahoo.com.br</a>
98	Maria Desolhenrene	SDC		82-3133010	<a href="mailto:maria.desolhenrene@sdc.net">maria.desolhenrene@sdc.net</a>
99	Miguel Rombe	Emb. Irlanda		82-3918490	<a href="mailto:miguel.rombe@dfa.ie">miguel.rombe@dfa.ie</a>
10 0	Paulo Gentil	DFID	21-351400		<a href="mailto:p.gentil@dfid.gov.uk">p.gentil@dfid.gov.uk</a>
10 1	Paulo Cunica	G20	21-355312	82-3026169	<a href="mailto:g20@fdc.org.mz">g20@fdc.org.mz</a>
10 2	Julião Daglasse	G20- Niassa		82-3135850/82-5280644	<a href="mailto:jdaglasse@yahoo.co.uk">jdaglasse@yahoo.co.uk</a>
10 3	John Barnes	MPD		82-3997460	<a href="mailto:johnbarnes@dnpo.gov.mz">johnbarnes@dnpo.gov.mz</a>
10 4	Lotta Valtonen	Emb. Finlândia		82-3231740	<a href="mailto:lotta.valtonen@formin.fi">lotta.valtonen@formin.fi</a>
10 5	Benilde Garrine	Holanda		82-3916435	<a href="mailto:garrine.benilde@minbuza.nl">garrine.benilde@minbuza.nl</a>
10 6	Dupraz Jean	UNICEF			<a href="mailto:jdupraz@unicef.org">jdupraz@unicef.org</a>
10	Oliver Haensch	Emb. Alemanha		84-	<a href="mailto:oliverhaensch@gmx.de">oliverhaensch@gmx.de</a>

7				8115267	
10 8	Aberto Simango	RM		82- 4298740	<a href="mailto:alsimango@yahoo.com.br">alsimango@yahoo.com.br</a>
10 9	Filipe Machinga	AIM		82- 8214380	<a href="mailto:aim@tvcabo.co.mz">aim@tvcabo.co.mz</a>
11 0	Minuna Ibraimo	MPD	21-499442		<a href="mailto:mibraimo@mpd.gov.mz">mibraimo@mpd.gov.mz</a>
11 1	Rosil Diruai	MPD	21-492711	82- 3837630	<a href="mailto:rosildiruai@dnpo.gov.mz">rosildiruai@dnpo.gov.mz</a>
11 2	Lourenco Sambo	MPD		82- 3004130	<a href="mailto:lourencosambo@dnpo.gov.mz">lourencosambo@dnpo.gov.mz</a>
11 3	Dieter Orłowski	MPD/FOPOS		82- 8651480	<a href="mailto:do@orlix.de">do@orlix.de</a>
11 4	Luciano Verissimo	UEM		82- 3056720	<a href="mailto:mukandsse@yahoo.com">mukandsse@yahoo.com</a>
11 5	Manuel de Lima *	G20		82- 6786760	<a href="mailto:g20cabodelgado@yahoo.com.br">g20cabodelgado@yahoo.com.br</a>
11 6	Eugenio Fernandes	G20	fax:233- 25150	82- 9195700	
11 7		G20		82- 7003329	
11 8	Patrick Lemieux	Emb. Canada	21-	82- 3141200	
11 9	Carlos Eugenio Matlava	ATM		82- 8809920	<a href="mailto:carlos_matlava@yahoo.com.br">carlos_matlava@yahoo.com.br</a>
12 0	Santiago Goecoche	MPD		82- 4101314	<a href="mailto:santiagogoeoche@dnpo.gov.mz">santiagogoeoche@dnpo.gov.mz</a>
12 1	Americo Cassamo	LINK/AJUCOM		82- 7909400	<a href="mailto:ajucomong@hotmail.com">ajucomong@hotmail.com</a>
12 2	Erasmu Mabunda	ABIODES/G20		82- 2834370	<a href="mailto:abiadas@tvcabo.co.mz">abiadas@tvcabo.co.mz</a>
12 3	Graca Samo	Forum Mulher		82- 6519040	<a href="mailto:gracasamo@forum.mulher.org.mz">gracasamo@forum.mulher.org.mz</a>
12 4	Ngila Mwase	PNUD		82- 3274040	<a href="mailto:ngila.mwase@undp.org">ngila.mwase@undp.org</a>

12 5	Otilia Zuolo	BM	21-318000/9	82- 3134760	<a href="mailto:otilia.zuolo@bancomoc.mz">otilia.zuolo@bancomoc.mz</a>
12 6	Adriano Ubisse	MPD	21-499443		<a href="mailto:aubisse@mpd.gov.mz">aubisse@mpd.gov.mz</a>
12 7	Shume	WB			<a href="mailto:shume@worldbank.org">shume@worldbank.org</a>
12 8	Erasmó Nhachungue	MICOA	21-485275		<a href="mailto:erynhachungue@yahoo.com.br">erynhachungue@yahoo.com.br</a>
12 9	Albertina Fruquia	DNPE-MF		82- 3283780	<a href="mailto:albertina.fruquia@ufsa.gov.mz">albertina.fruquia@ufsa.gov.mz</a>